

PACTO NACIONAL PELA RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS

LAURA VITÓRIA GOMES¹; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – vitoriaagomeslaura50@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar um projeto de pesquisa de dissertação desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa proposta consiste na análise da política do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens (PNRA) no município de Pelotas, a fim de identificar como esta é atuada na comunidade escolar.

A política surge cinco anos após a pandemia de COVID-19, período que afetou de forma drástica a rotina de milhões de brasileiros e brasileiras. O distanciamento social, adotado como a medida mais eficaz para conter a disseminação do vírus, provocou o fechamento das escolas. Com o objetivo de preservar o vínculo entre as instituições escolares, as crianças e suas famílias, a maioria das redes públicas de ensino passou a adotar o Ensino remoto emergencial (ERE), que trouxe inúmeros impactos no processo de ensino-aprendizagem, agravando o cenário das desigualdades educacionais e intensificando os desafios estruturais que envolvem milhares de professores, gestores e alunos no cotidiano das escolas brasileiras.

O resultado observado é o aprofundamento das defasagens nas aprendizagens dos estudantes, especialmente dos que se encontram em vulnerabilidade social. Segundo a pesquisa da Rede Nacional de Pesquisa em Alfabetização (AlfaRede), a desigualdade social e educacional do país foi evidenciada com o ERE e afetou diretamente os alunos das camadas populares, com ainda mais intensidade os que vivem na zona rural (MACEDO, 2022). A primeira etapa dessa pesquisa nacional foi realizada durante período pandêmico, reunindo diversos pesquisadores que estudaram a situação da alfabetização no ensino remoto em diferentes regiões do Brasil. Os resultados obtidos indicam que cerca de 30% das crianças praticamente não tiveram vínculo com a escola no período pandêmico, e que ausência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos desafios estruturais do ensino remoto resultou na intensificação da exclusão educacional. Conforme MACEDO (2022, p.11):

A pandemia agravou de forma aguda o fosso entre os ricos e os pobres, entre aqueles que podem pagar por uma educação de qualidade e efetiva e aquelas que sequer tiveram acesso ao ERE: os “desconectados”, na fala das professoras. Desconectados não apenas da internet, do acesso às tecnologias digitais, mas dos direitos à educação, à saúde, à moradia digna, ao trabalho e à alimentação.

A segunda etapa da pesquisa foi apresentada na obra *Retratos da alfabetização no pós pandemia: resultados de uma pesquisa em rede* (MACEDO et al, 2024). Nessa fase, os pesquisadores objetivaram compreender como se deram os processos de retorno às aulas presenciais e quais foram/eram os maiores desafios enfrentados pelas escolas e pelas professoras alfabetizadoras das cinco

regiões do país. Segundo os dados obtidos, neste período metade das crianças de escolas públicas não apresentavam conhecimentos esperados sobre a leitura e a escrita para o ano escolar em que foram matriculadas, e os dois principais desafios enfrentados neste contexto foram:

- 1) a descontinuidade dos processos educativos causada pela pandemia.
- 2) dificuldades de lidarem com turmas muito heterogêneas com crianças em diferentes níveis de conhecimento da escrita e abaixo das expectativas esperadas para o ano em que estavam matriculadas. (MACEDO *et al*, 2024, p. 11)

Diante deste cenário, o conceito de “recomposição das aprendizagens” surge como uma abordagem de reconstrução das aprendizagens interrompidas. Assim, em junho de 2024, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens durante o Seminário Nacional Direito à Educação e Garantia das Aprendizagens em Contextos de Emergência e Pós-Emergência, evento que debateu os fundamentos desta política pública. O Pacto tem como objetivo apoiar estados, municípios e o Distrito Federal na recomposição das aprendizagens dos estudantes da educação básica, propondo estratégias de enfrentamento às defasagens acumuladas (BRASIL, 2025).

Cerca de um ano depois, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, através do Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. Segundo o Art. 1º, o Pacto tem como finalidade:

- I - assegurar padrões adequados de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes da educação básica; e
- II - mitigar os impactos na oferta de serviços educacionais causados por eventos que gerem situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela União. (BRASIL, 2025, cap. I, art. I)

A recomposição das aprendizagens de milhares de estudantes é uma estratégia para garantir os direitos educacionais e de equidade, sendo uma iniciativa de extrema relevância no cenário educacional. Nesse sentido, considerando a necessidade de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à educação e o contexto de fragilidade deste direito, bem como a pertinência de análises que levam em conta a natureza complexa e controversa das políticas educacionais (MAINARDES, 2006), me proponho a analisar a política do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, a partir da abordagem do ciclo de políticas proposta por BALL e BOWE (1992), a fim de compreender como esta política é atuada no município de Pelotas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, a partir de BOGDAN e BIKLEN (1994), na medida em que tem por objetivo compreender um fenômeno através de uma abordagem entre narrativas e o conhecimento científico, coletando dados descritivos advindos do contato direto do pesquisador com o objeto de pesquisa e da consideração das perspectivas dos sujeitos envolvidos.

Para o embasamento teórico, será realizada uma revisão bibliográfica sobre recomposição de aprendizagens. Para isso, será feito um mapeamento de produções acerca da recomposição das aprendizagens publicadas em eventos, como os anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Congresso Brasileiro de Alfabetização

(CONBALF), além de bancos de dados como Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e Biblioteca Digital de teses e dissertações (BDTD).

A fim de contribuir, principalmente, na compreensão dos contextos da influência e da produção de texto, apontados por BALL e BOWE (1992), será realizada uma revisão documental dos materiais (decretos, vídeos, *lives*, documentos orientadores, entre outros) disponibilizados no site oficial do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.

As revisões irão fundamentar a coleta de dados, desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas com professores, diretores e coordenadores em uma escola da rede municipal de Pelotas em que esteja sendo desenvolvida a política em foco.

As entrevistas e documentos serão analisados a partir dos estudos de BARDIN (1977) sobre análise de conteúdo, realizando “[...] operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados” (BARDIN, 1977, p. 100).

A investigação terá como foco como a política é encenada nas escolas, identificando processos de resistências, de acomodações, de modificações decorrentes de diferentes interpretações dos profissionais atuantes. Esses processos demonstram que as políticas não são simplesmente implementadas nos ambientes escolares, mas sim interpretadas pelos envolvidos, colocadas em atuação de formas originais e criativas dentro das instituições e das salas de aula (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). Afinal, “[...] a atuação de políticas envolve processos criativos de interpretação e recontextualização - ou seja, a tradução de textos em ação e as abstrações das ideias políticas em práticas contextualizadas” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p 13).

A análise dos dados será articulada com a abordagem do ciclo de políticas (BALL; BOWE, 1992), analisando os dados coletados nos diferentes contextos do ciclo: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Segundo Mainardes, essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 49).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O compromisso com a garantia do direito à aprendizagem de todas as crianças está previsto nas legislações, mas não se materializa na realidade, surgindo a necessidade de políticas educacionais voltadas a promover a concretização desse direito. Nesse sentido, é preciso compreender mais sobre políticas educacionais e seus impactos e influências na democratização da educação, considerando seus contextos de formulação, caracterizados pela interferência dos agentes do grande capital que influenciam os espaços e as culturas escolares e modificam, de acordo com seus interesses, a função social da educação (MAINARDES, 2006).

O Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens surge, em seu discurso, como estratégia para concretizar o direito às aprendizagens após eventos que afetaram milhares de educandos, especialmente das camadas menos privilegiadas da sociedade. No entanto, há uma contradição entre a proposta de integração da sociedade ao mercado neoliberal – característica marcante das políticas públicas gerencialistas – e os princípios da função social da educação

(como democratização, inclusão, justiça social e cidadania), previstos nos documentos oficiais. Assim, espera-se encontrar resultados a partir da análise dessas contradições, compreendendo como essas dinâmicas e tensões se materializam no cotidiano escolar.

4. CONCLUSÕES

O estudo parte do entendimento de que as políticas não se limitam ao texto oficial, mas são reinterpretadas e recriadas pelos sujeitos da escola. Nessa perspectiva, a pesquisa contribui para o debate sobre a garantia do direito à aprendizagem no cenário pós-pandêmico e para os estudos do campo das políticas educacionais, ressaltando a importância do compromisso do Estado com a educação pública e evidenciando a natureza controversa das políticas em um contexto de avanço do neoliberalismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy:** an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*. London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979

BRASIL. **Decreto no 12.391**, de 28 de fevereiro de 2025. Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Diário Oficial da União, 2025. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-026/2025/decreto/d12391.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.391%20DE%202028,Nacional%20pela%20Recomposi%C3%A7%C3%A3o%20das%20Aprendizagens. Acesso em: 27 jul. 2025.

BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

MACEDO, M. S. A. N. (org.). **Retratos da alfabetização na pandemia da covid-19:** resultados de uma pesquisa em rede. São Paulo: Parábola, 2022.

MACEDO, M. S. A. N. *et al* (org.). **Retratos da alfabetização no pós-pandemia:** resultados de uma pesquisa em rede. Curitiba: CRV, 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.